

## TEORIA DOS POLISSISTEMAS

Itamar Even-Zohar

Tradução: Luis Fernando Marozo<sup>1</sup>  
Carlos Rizzon<sup>2</sup>  
Yanna Karlla Cunha<sup>3</sup>

### 1. Sistema e polissistema no funcionalismo moderno: o estático frente ao dinâmico.

A ideia de que os fenômenos semióticos, ou seja, os modelos de comunicação humana regidos por signos (tais como a cultura, a linguagem, a literatura, a sociedade), podem ser entendidos e estudados de modo mais adequado se os consideramos como sistemas, mais que como conglomerados de elementos díspares, converteu-se em uma das ideias diretrizes do nosso tempo na maior parte das ciências humanas e sociais.

Assim, a coleta positivista dos dados, tomados de boa fé desde um fundamento empirista e analisados sobre a base de sua substância material, foi substituída por uma aproximação funcional baseada na análise de relações. Considerá-los como sistemas fez com que fosse possível formular hipóteses acerca de como operam os diferentes componentes semióticos. Imediatamente, abriu-se o caminho para alcançar o que através de todo o desenvolvimento da ciência moderna considerou-se objetivo supremo: a observação de leis que regem a diversidade e a complexidade dos fenômenos, mais que o registro e a classificação desses. Uma vez que as aproximações pré-funcionalistas não tentavam detectar tais leis, o que anteriormente se tomava por fenômenos (isto é, objetos de observação/estudo) na realidade coincidia com os fenômenos que podiam formular hipóteses a partir de uma aproximação funcional. Assim sendo, a ideia de sistema tornou possível não só explicar adequadamente fenômenos “conhecidos”, mas, também, desconhecidos. O funcionalismo alterou profundamente tanto as estruturas como os métodos, as perguntas e as respostas de todas as disciplinas em que foi introduzido.

Contudo, apesar das premissas comuns, o enfoque funcionalista nunca se unificou de todo. Grosso modo, circularam dos programas diferentes e incompatíveis. Infelizmente, nem sempre se tem compreendido este feito, o que causa prejuízo ao desenvolvimento de diferentes disciplinas

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Literatura na Universidade Federal do Pampa/Campus Jaguarão

<sup>2</sup> Professor Adjunto de Literatura e Língua Espanhol na Universidade Federal do Pampa/Campus Jaguarão

<sup>3</sup> Mestranda em História da Literatura na Universidade Federal de Rio Grande.

semióticas. A incapacidade de distinguir entre ambos os programas não só deu uma ideia equivocada de seus respectivos conteúdos, mas também tornou difícil apreciar com que propósito cada um deles foi concebido. É lamentável que, enquanto em algumas partes da tradição semiótica isso é considerado um tópico óbvio, existam na ordem do dia apresentações incorretas da situação.

Referir-me-ei a ambos os programas como “teoria de sistemas estáticos” e “teoria de sistemas dinâmicos”, respectivamente. A teoria de sistemas estáticos tem sido erroneamente considerada o único enfoque “funcional” ou “estrutural”, e é mencionada habitualmente como a doutrina de Saussure. Nos escritos de Saussure e em obras posteriores na sua tradição, o sistema é concebido como uma rede estática (“sincrônica”) de relações na qual o valor de cada elemento é uma função das relações específica em que toma parte. No entanto, detecta-se desse modo que a função dos elementos, assim como as leis que os regem, apenas existe para explicar mudanças ou variações. O fator da sucessão temporal (a “diacronia”) é, assim, eliminado do “sistema”, e estabelece-se a regra que fica fora do alcance das hipóteses funcionais. Ela é declarada, portanto, extra-sistêmica, e, uma vez que identificada exclusivamente com o aspecto histórico dos sistemas, é praticamente eliminada do âmbito da linguística.

As vantagens de introduzir o conceito de sistema para substituir a coleção de dados realizados mecanicamente são evidentes. Até mesmo a redução do sistema a um aspecto a-histórico e extra-temporal, por assim dizer, não é indefensável *per se*. O cenário linguístico da época de Saussure, com sua intensa concentração sobre na mudança histórica, concebida em termos não sistêmicos (em termos brandos), constituía claramente um obstáculo para descobrir não como a linguagem difere em períodos diferentes, mas, em primeiro lugar, como opera. Mediante procedimentos redutores era possível alcançar um nível de abstração suficiente, e os principais mecanismos de funcionamento da linguagem se manifestavam. Obviamente, a partir do ponto de vista de um modelo abstrato, a coexistência possível de opções diferentes dentro de um mesmo sistema em um dado momento não tem que ser necessariamente levada em conta, se, a princípio, tais opções são reduzíveis. Como se sabe por outros campos de pesquisa (a termodinâmica, por exemplo), é mais efetivo, a partir de um ponto de vista metodológico lógico, começar desenvolvendo uma teoria de sistemas fechados.

O enfoque estático, entendido desse modo, realiza efetivamente seu objetivo. Não obstante, tomado pelo que não é; ou seja, como modelo que visa a explicar mais de perto as condições em que um sistema funciona no tempo, pode perturbar a pesquisa científica. Existe uma clara diferença entre tentar dar conta de alguns princípios gerais que regem um sistema fora do tempo e procurar dar

conta do funcionamento de um sistema tanto “no princípio” como “no tempo”. Uma vez admitido o aspecto histórico dentro de um enfoque funcional, devem ser realizadas várias inferências. Em primeiro lugar, deve admitir-se que tanto a sincronia como a diacronia são históricas, enquanto que a identificação exclusiva dessa última com a história é insustentável. Conseqüentemente, a sincronia não pode nem deve se identificar com a estática, considerando que, em um dado momento, funcionam no eixo mais de um complexo diacrônico. Portanto, por um lado, um sistema sincrônico compõe-se de sincronia e diacronia; por outro, cada uma delas separadas também é, obviamente, um sistema. Em segundo lugar, se as ideias de estruturação e sistematicidade já não necessitam ser identificadas com a homogeneidade, um sistema semiótico pode ser concebido como uma estrutura heterogênea e aberta. Raramente é, portanto, um monossistema, mas que se trata necessariamente de um polissistema: um sistema múltiplo, um sistema de vários sistemas com interseções e sobreposições mútuas, que usa diferentes opções concorrentes, mas que funciona como um todo estruturado, cujos membros são interdependentes.

Se o enfoque estático e sincronístico surge da escola de Genebra, as raízes do enfoque dinâmico encontram-se nos trabalhos dos Formalistas Russos e dos Estruturalistas Checos. Lamentavelmente, a noção do sistema dinâmico foi amplamente ignorada tanto em linguística como na teoria da literatura. O enfoque sincronístico - interpretado de modo errôneo – triunfou. Tanto para o leigo como para o “profissional”, o estruturalismo se identifica ainda com estático e sincronístico, estrutura homogênea e enfoque ahistórico, na maior parte dos casos.

“Sincronístico” resulta mais apropriado que “sincrônico” uma vez que aceitamos que “sincrônico” não se identifica necessariamente com “estático”.

## *2. O polissistema: processos e procedimentos.*

### *2.1. Procedimentos gerais do polissistema*

Visto neste contexto, o termo “polissistema” é mais que uma convenção terminológica. Seu propósito é tornar explícita uma concepção do sistema como algo dinâmico e heterogêneo, oposta ao enfoque sincronístico.

Desse modo, enfatiza a multiplicidade de interseções e, a partir disso, a maior complexidade na estruturação que isso implica. Salienta ainda que, para que um sistema funcione, não é necessário postular sua uniformidade. Uma vez reconhecida a natureza histórica de um sistema (um grande

mérito na hora de construir modelos mais próximos ao “mundo real”), impede-se a transformação dos objetos históricos em seres de acontecimentos ahistórico sem coesão entre si.

Não obstante, nunca é demais enfatizar, no momento de estabelecer que não existe propriedade alguma relacionável com o “polissistema” que não possa, como tal, relacionar-se com o “sistema”. Se estivermos dispostos a entender por “sistema” tanto a ideia de um conjunto-de-relações fechado, no qual os membros recebem seu valor de suas respectivas oposições, como a ideia de uma estrutura aberta que consiste em várias redes-de-relações desse tipo que concorrem, então o termo “sistema” é apropriado e completamente suficiente. O problema é que os termos estabelecidos tendem a reter noções antigas. É necessário, assim, dar novos termos para ressaltar os conceitos que realizam, inclusive se, a princípio, os termos antigos seriam suficientes.

Há que se admitir que o nível de análise exaustivo pode ser mais limitado, na medida em que é mais difícil manejar um sistema aberto que um fechado. Talvez eles deixem maior lugar a “desordens”, e a noção de “sistêmico” já não se identificará erroneamente com a de “sistemático”. Estas são certamente desvantagens a partir do ponto de vista da teoria de sistemas estáticos. Contudo, a partir da perspectiva da teoria dos sistemas dinâmicos não o são de alguma forma. O sincronismo pode, sem dúvida, dar conta da ideia geral de função e funcionamento, mas não do funcionamento da linguagem, ou de qualquer outro sistema semiótico, em um território específico no tempo. Sempre pode-se reduzir a heterogeneidade da cultura na sociedade às classes dominantes somente, mas isso não se sustenta uma vez que o fator tempo, isto é, a possibilidade de mudança e seus mecanismos orientadores, é levado em conta. A profunda heterogeneidade da cultura é talvez mais “palpável”, por assim dizer, em casos tais como quando determinada sociedade é bilíngue ou plurilíngue (situação que até há pouco foi comum na maioria das comunidades europeias). No âmbito da literatura, por exemplo, isso se manifesta em uma situação em que uma comunidade possui dois (ou mais) sistemas literários, como se tratasse de duas “literaturas”. Para os estudiosos de literatura, legitima-se somente uma delas, ignorando a outra, ao enfrentar tais casos, é naturalmente mais “conveniente” do que se ocupar de ambas. Na realidade, esta é uma prática comum nos estudos literários; nunca é demais enfatizar sobre a insuficiência dos resultados.

A hipótese do polissistema, no entanto, está concebida precisamente para dar conta de tais casos, assim como os menos destacados. Não só torna possível, desse modo, integrar à pesquisa semiótica objetos (propriedades, fenômenos) até aqui impensados ou simplesmente deixados de lado, mas, mais precisamente, tal integração possibilita agora uma pre-condição, um *sine qua non* para uma

adequada compreensão de qualquer campo semiótico. Isso quer dizer que não se pode dar conta da língua standard sem colocá-la no contexto das variedades não-*stander*; a literatura para crianças não será considerada um fenômeno *sui generis*, mas sim relacionado com a literatura para adultos; literatura traduzida não se desconectará da literatura original; a produção de literatura de massa (suspenses, novelas sentimentais, etc.) não será rejeitada simplesmente como “não-literatura” para evitar reconhecer sua dependência mútua com a literatura “individual”.

Aprofundando, pode parecer trivial dizer que a hipótese do polissistema implica uma rejeição dos juízos de valor como critérios para uma seleção *a priori* dos objetos de estudo. Isso deve ser enfatizado particularmente no caso dos estudos literários, nos quais ainda existe confusão entre pesquisa e crítica. Aceitando a hipótese do polissistema, é necessário aceitar também que o estudo histórico de polissistemas históricos não pode circunscrever-se às chamadas “obras-primas”, apesar de alguns as considerarem a única maneira de se iniciar os estudos literários. Este tipo de elitismo não é compatível com uma historiografia literária, do mesmo modo que a história geral não pode mais apenas ser a narração das vidas de reis e generais. Em outras palavras, enquanto estudiosos dedicados a descobrir os mecanismos da literatura, não temos a possibilidade de ignorar que qualquer juízo de valor predominante em um dado período faz parte integral desses mecanismos. Nenhum campo de estudo, seja “científico” em sentido *lato* ou em sentido mais rigoroso, pode selecionar seus objetos segundo regras de gosto.

Excluir a seleção de objetos de estudo segundo o gosto não implica que setor algum das ciências do homem exclua “valores” particulares ou a valorização, em geral, como fatores ativos dos quais dá conta. Não é possível compreender o comportamento de nenhum sistema humano sem estudar tais normas de valorização. Neste ponto, pois, gostaria de fazer uma advertência contra uma interpretação errônea de meu argumento; aqui não se defende um programa “objetivista” no sentido ingênuo desta palavra. Como ficará claro a seguir, no coração mesmo de qualquer teoria da estratificação funcional se encontra o estudo das normas culturais.

## 2.2. Estratificação dinâmica e produtos sistêmicos

A heterogeneidade pode reconciliar-se com a funcionalidade se assumimos que as unidades (elementos ou funções) que aparentemente são irreconciliáveis, mais do que se correlacionam umas com as outras enquanto unidades (elementos ou funções) individuais, constituem sistemas de opções concorrentes parcialmente alternativos. Esses sistemas não são iguais, uma vez que estão hierarquizados no seio do polissistema. O que constitui o estado sincrônico (dinâmico) do sistema –

como sugeriu Tynianov- é a luta permanente entre vários estratos. O que constitui a mudança no eixo diacrônico é a vitória de um estrato sobre outro. Neste movimento opostamente centrífugo e centrípeto, os fenômenos são arrastados do centro à periferia, enquanto, no sentido contrário, certos fenômenos podem abrir passo para o centro e ocupá-lo. Um polissistema, no entanto, não se deve pensar em termos de um centro apenas e somente uma periferia, posto que teoricamente se supõem várias dessas posições. Pode ter lugar um movimento, por exemplo, no qual certa unidade (elemento, função) transfira-se da periferia de um sistema à periferia do sistema adjacente dentro do mesmo polissistema, e nesse caso poderá logo continuar movendo-se, ou não, até o centro do segundo.

Tradicionalmente, somos com frequência confrontados com os resultados de tais transformações ou sem nos dar conta de que tenham ocorrido, ou ignorando sua origem. Como na prática o (uni)sistema foi identificado exclusivamente com o estrato central, isso é, com a cultura oficial tal como se manifesta, *inter alia*, na língua standard, a literatura canonizada ou as pautas de conduta das classes dominantes, as periferias foram concebidas, no melhor dos casos, como categoricamente extra-sistêmicas, ponto de vista que coincide, logicamente, com o “ponto de vista interno” das “pessoas na cultura” (cf. Lotman et al., 1975; Voegelin 1960). Esta atitude conduziu a certo número de resultados. Em primeiro lugar, não havia consciência das tensões entre estratos em um sistema, e, portanto, o valor (função, “significado”) de uma pluralidade de unidades passava despercebido; estas unidades estavam em clara oposição com outras unidades concorrentes, cuja existência e natureza se ignoravam. Em segundo lugar, como já se afirmou, não se podia dar conta do processo de mudança, e as mudanças tinham que ser explicadas em termos de invenções individuais a partir de mentes imaginativas ou “influências” de outra fonte, normalmente no nível individual e, frequentemente, isolado (outro escritor, uma obra específica, etc.). Em terceiro lugar, as mudanças manifestadas materialmente (no caso de distintas do processo de mudança) não podiam integrar-se, posto que sua natureza estava oculta aos olhos do observador. Consideramos, por exemplo, a redução da criatividade do artista a vagas noções, tais como “imaginação” e “inspiração”. Ao empregá-la, supõe-se renunciar à possibilidade de desemaranhar o intrincado complexo que constitui as condições nas quais um escritor trabalha, parte do qual consiste em certas construções pertinentes, enquanto que parte é função da capacidade pessoal do escritor para criar novas condições impostas não sobre ele, mas sim por ele mesmo.

As causas iniciais pelas quais uma transferência tem lugar, as razões de transferências específicas e como se realizam (levadas a cabo), são questões das quais a teoria dos polissistemas vem ocupando-

se de modo crescente, em proporção direta com o aumento do número de casos em que vem sendo colocada a prova nos últimos anos.

Uma coisa ficou clara: as relações existentes dentro do polissistema não só dão conta de processos do polissistema, como também de procedimentos no nível do repertório. Isso quer dizer que as constrictões do polissistema resultam relevantes em relação aos procedimentos de seleção, manipulação, amplificação, eliminação, etc, que tem lugar nos produtos de feitos (verbais e não-verbais) pertencentes ao polissistema. Assim, aqueles que se interessam não pelos processos que têm lugar em seu campo específico, como a língua e a literatura, mas pela constituição “de feitos” dos produtos (por exemplo, emissões linguísticas, textos literários), não podem ignorar o estado do polissistema particular com que se defrontam. Naturalmente, quando se tratavam unicamente de produtos oficiais (emissões da língua standard, “obras-primas” da literatura), o trabalho das constrictões do polissistema não podia ser frequentemente detectado. Como os pesquisadores não conseguiam visualizar a conexão entre, por um lado, a posição de textos e modelos (propriedades, características) no todo estruturado (ao qual pertencem) e, por outro lado, as decisões tomadas na sua produção, o único refúgio possível ficou nas explicações locais (por exemplo, no estudo da tradução, “erros”, “interpretações equivocadas”, “má imitação”, etc.). (Para uma discussão mais detalhada da literatura traduzida vide “A posição da literatura traduzida no polissistema literário”.)

### 2.2.1. *Estratos canonizados frente a estratos não-canonizados*

Parece ter sido Shklovskij quem conceitualizou pela primeira vez as distinções socioculturais na produção de textos em termos de estratificação literária. Segundo ele (1921, 1923), na literatura, certas propriedades são canonizadas enquanto que outras permanecem não-canonizadas. A partir desse ponto de vista, por “canonizadas” entendemos aquelas normas e obras literárias (isso é, tanto modelos como textos) que nos círculos dominantes de uma cultura são aceitas como legítimas e cujos produtos mais marcantes são preservados pela comunidade para que formem parte de sua herança histórica. “Não-canonizadas” quer dizer, pelo contrário, aquelas normas e textos que esses círculos rejeitam como ilegítimas e cujos produtos, em longo prazo, a comunidade esquece frequentemente (a não ser que seu status mude). A canonicidade não é, portanto, uma característica inerente às atividades textuais a nível algum: não é um eufemismo para “boa literatura” frente à “má literatura”. O fato de que em certos períodos certas características tendam a agrupar-se em torno a este ou aquele *status* não implica que tais características sejam “essencialmente” pertinentes a um *status* determinado. Obviamente, as próprias pessoas-na-cultura podem em um ou outro período

conceber em tais termos estas distinções, mas ao historiador está permitido usá-las somente como prova do conjunto de normas de um período.

Nesta como em outras questões, a prática terminológica de Shklovskij apenas é sistemática. Em *Rozanov* e outras publicações oscila entre literatura (ou linha) “não-canonizada”, por um lado, e “subalterna”, por outro (*Mladshaja literatura [linija]*). Aliás, ainda que para assuntos profanos, “canonizados” (*knonizirovannyj*) parece ser a palavra mais “natural” em russo, no lugar de “canônico” (*kanonicheskij*), a distinção se torna menos clara em algumas outras línguas, particularmente no inglês. Enquanto que “canônico” pode sugerir (e assim ocorre nos escritos de muitos críticos de fala inglesa ou francesa) a ideia de que certas características são intrinsecamente “canônicas” (em Francês “*canonique*”), “canonizado” (em Francês “*canonisé*”) sublinha claramente que tal estado é resultado de um ato (atividade) exercido sobre um certo material, não uma característica da natureza primordial desse material “em si”. Por isso é que recomendo ater-se à prática de Shklovskij também em outras línguas europeias.

As tensões entre cultura canonizada e não-canonizada são universais. Estão presentes em toda cultura humana, simplesmente porque não existe uma sociedade humana não estratificada, nem sequer utopicamente. Não há no mundo uma só língua não estratificada, apesar de a ideologia dominante que rege as normas do sistema não admita uma consideração explícita de nenhum outro estrato mais que os canonizados. O mesmo vale para a estrutura da sociedade e tudo o que este complexo fenômeno implica.

A ideologia de uma cultura oficial como a única aceitável em uma dada sociedade tem como consequência uma massiva compulsão cultural que afeta a nações inteiras mediante um sistema educativo centralizado e que torna impossível, inclusive a estudiosos da cultura, observar e valorar o papel das tensões dinâmicas que operam no seio da cultura para sua efetiva manutenção. Como um sistema natural que necessita, por exemplo, de regulamentação térmica, os sistemas culturais necessitam também de um equilíbrio regulador para não entrar em colapso ou desaparecer. Este equilíbrio regulador se manifesta em oposições de estratos. Os repertórios canonizados de um sistema qualquer se tornariam estanques muito provavelmente passado certo tempo, se não fosse pela competência dos rivais não-canonizados que ameaçam frequentemente substituí-los. Pela pressão que sofrem, os repertórios canonizados não podem permanecer inalterados. Isso garante a evolução do sistema, que é o único modo de conservá-lo. Em contrapartida, quando não se dá saída à pressão, frequentemente somos testemunhas ou do abandono gradual de um sistema e do deslocamento até outro (por exemplo, o latim é substituído por suas diferentes variedades

vernáculos românticas), ou de seu total colapso por meio de uma revolução (deposição de um regime ou desaparecimento total de modelos conservados até o momento, etc.).

Parece que quando não existe “sub-cultura” (literatura popular, arte popular, “cultura inferior” em qualquer sentido, etc.), ou quando não se permite exercer pressão real sobre a cultura canonizada, há poucas oportunidades para que exista uma cultura canonizada dotada de viabilidade. Sem o estímulo de uma forte “sub-cultura”, qualquer atividade canonizada tende a fossilizar gradualmente. Os primeiros passos em direção à fossilização se manifestam em um alto grau de fechamento é uma crescente estereotipação dos diversos repertórios. Para o sistema, a fossilização é um transtorno operacional: a longo prazo, impede fazer frente às cambiantes necessidades da sociedade na qual funciona. Caso se conceba esta incapacidade em termos de incapacidade cultural - conceito superficialmente explicado até o momento-, há varias manifestações possíveis dela. No caso da literatura, um dos principais organizadores da cultura humana, isso não significa necessariamente que a desintegração imediata se torne iminente. A literatura como instituição sociocultural pode continuar existindo para sempre, mas seu grau de “adequação” pode muito bem ser julgado segundo sua posição na cultura. (Por exemplo, ser empurrada à periferia no seio de uma cultura pode ser claro indício de tal inadequação.).

Geralmente, o centro do polissistema inteiro é idêntico ao repertório canonizado mais prestigiado. Assim, é o grupo que rege o polissistema, o que em última instância determina a canonicidade de certo repertório. Uma vez decidida a canonicidade, esse grupo ou adere às propriedades canonizadas por ele (o que, por conseguinte, dá a ele o controle do polissistema), ou, se é necessário, modifica o repertório de propriedades canonizadas com o fim de manter o controle. Em contrapartida, se fracassam no primeiro ou no segundo procedimento, tanto o grupo como seu repertório canonizado são empurrados à margem por outro grupo, que se encaminha em direção ao centro, canonizando um repertório diferente. Os que ainda buscam aderir ao repertório canonizado deslocado somente em várias ocasiões podem obter o controle do centro do polissistema; normalmente, se encontram na periferia do canonizado, denominados pejorativamente (pelos portadores da cultura oficial) “epígonos”. Apesar disso, como os polissistemas podem fechar-se, é possível que os “epígonos” possam perpetuar um repertório estabelecido durante muito tempo, de modo que finalmente se identificam - do ponto de vista da estratificação- com o grupo original que deu início ao estado de coisas.

### *2.2.2. Sistema frente a repertório frente a textos*

No (poli)ssistema, a canonicidade se manifesta com maior concretude no repertório. Enquanto que o repertório pode estar canonizado ou não, o sistema ao qual pertence um repertório pode ser central ou periférico. Naturalmente, quando um sistema central é sede de repertórios canonizados, pode-se falar abreviadamente de sistemas canonizados frente a sistemas não-canonizados, apesar da imprecisão que isso introduz na nossa terminologia. O repertório se concebe aqui como um conjunto de leis e elementos (sejam os modelos isolados, ligados ou totais) que regem a produção de textos. Enquanto algumas destas leis e destes elementos parece ser universalmente válidos desde as primeiras literaturas do mundo, é claro que grande quantidade de leis e de elementos estão sujeitos a condições de mudanças em diferente períodos e culturas. Este setor local e temporal do repertório é a fonte das lutas no sistema literário (ou em qualquer outro sistema semiótico). Mas não existe nada no repertório em si mesmo capaz de determinar qual seção dele pode ser (ou tornar-se) canonizada ou não, do mesmo modo que as distinções entre standard, “elevado”, “vulgar” ou “gíria” na língua não estão determinadas pelo repertório linguístico em si mesmo, mas pelo sistema linguístico, isto é, o conjunto de fatores que operam na sociedade implicados na produção e consumo de enunciados linguísticos. Assim, são estas relações sistêmicas que determinam o *status* de certas unidades (propriedades, traços) em uma dada língua. A seleção de certo conjunto de traços para o consumo de certo grupo de *status* é, portanto, externa ao conjunto mesmo. De modo semelhante, o *status* de qualquer repertório literário está determinado pelas relações que existem no (poli)ssistema. Obviamente, um repertório canonizado é apoiado por elites conservadoras ou inovadoras e, conseqüentemente, está limitado pelas pautas culturais que regem o comportamento daquelas. Se a elite reclama sofisticação e excentricidade (ou o contrário, isto é, “simplicidade” e conformismo) para satisfazer seu gosto e controlar o centro do sistema cultural, o repertório canonizado se aderirá a estes traços tão firmemente quanto possível.

Neste enfoque, a “literatura” não pode ser concebida nem como um conjunto de textos, uma junção de textos (o que parece um enfoque mais avançado), nem como um repertório. Os textos e os repertórios são apenas manifestações parciais da literatura, manifestações cujo comportamento não pode ser explicado por sua própria estrutura. Seu comportamento é explicável no nível do (poli)ssistema literário.

Sem dúvida, os textos são os produtos mais obviamente visíveis do sistema literário, ao menos em muitos períodos de sua história.

Evidentemente, para um indivíduo qualquer, o que importa é o produto final de qualquer atividade: para o consumidor individual o único objeto de interesse são, normalmente, os produtos industriais,

antes do que os fatores que regem a indústria que produz os produtos. É evidente, contudo, que para qualquer um que se interesse por entender a indústria como uma atividade complexa, esta não pode ser analisada exaustivamente por meio de seus produtos, ainda que os produtos possam parecer a razão de ser de suas operações. No sistema literário, os textos, mais que desempenhar um papel nos processos de canonização, são o resultado desses processos. Somente em função de representantes de modelos que os textos são fator ativo nas relações sistêmicas.

É difícil eliminar imagens respeitadas ao longo do tempo, e parece “natural”, portanto, que produzir e consumir textos tenha sido sempre a atividade mais importante na “literatura”. Em certos períodos, não obstante, o texto era mais marginal em relação a outras atividades no sistema literário, tais como o escritor ou algum “acontecimento total” sob a forma de atuações diversas. Gostaria de sugerir que, na maior parte dos casos, a defesa de textos (e modelos) antigos, não é necessariamente indício de um interesse excessivo neles, mas sim indício de parcial indiferença em relação a eles. Quando foram perpetuados durante tempo suficiente, os “textos” se tornam gradualmente fatores marginais na “literatura”. (obviamente, podem ser citados e inclusive reverenciados partes dos textos, tais como versos, estrofes, ou expressões selecionadas, mas na maior parte dos casos ficam separadas de seus [con]textos originais).

### 2.2.3. *Canonicidade estática frente à canonicidade dinâmica*

Parece necessário, portanto, distinguir claramente entre dois usos diferentes do termo “canonicidade”: um referente no nível dos textos; outro, no nível dos modelos. Pois uma coisa é introduzir um texto no cânone literário, e outra é introduzi-lo por meio de um modelo em um repertório. No primeiro caso, que pode ser denominado canonicidade estática, um texto é aceito como produto concluído e inserido em um conjunto de textos santificados que a literatura (cultura) deseja conservar. No segundo caso, que pode ser denominado canonicidade dinâmica, certo modelo literário logra se estabelecer como princípio produtivo no sistema por meio do repertório desse. Nesta última classe de canonização a que efetivamente gera o cânone, que desse modo se contempla como o grupo de sobreviventes das lutas de canonização, provavelmente os mais óbvios produtos de certos modelos estabelecidos com êxito. Naturalmente, qualquer texto canônico pode ser reciclado em um dado momento e introduzido no repertório para se converter de novo em um modelo canonizado. Mas uma vez reciclado, já não desempenha seu papel na qualidade de produto terminado, mas sim enquanto potencial conjunto de instruções, isto é, enquanto modelo. O fato de que tenha sido em algum momento canonizado e de que se tenha tornado canônico, isto é,

santificado, pode ou não resultar-lo vantajoso em relação a produtos não canônicos que, pelo momento, carecem absolutamente de posição.

Sustenta-se que um sistema funciona melhor com um cânone do que sem ele. Parece que um cânone estático é condição primária para que um sistema seja reconhecido como atividade distinta na cultura.

Também é óbvio que, em um nível superficial, os produtores de textos (escritores) lutam para que seus textos sejam reconhecidos e aceitos como tais. Contudo, para estes mesmos escritores, o que realmente importa é que seus textos sejam considerados manifestações, realizações exitosas, de um certo modelo a ser seguido. Seria uma terrível decepção para os escritores que seus textos fossem aceitos, mas fossem negados seus modelos literários. A partir desse ponto de vista, isso significaria o fim de sua produtividade no seio da literatura, indicação de sua falta de influência e efetividade. Ser reconhecido como grande escritor, mas rejeitado como modelo para a literatura viva, é uma situação a que nenhum escritor que participe no jogo pode resignar-se indiferentemente. Os escritores com mais aguda consciência de sua posição e com uma mais vigorosa e flexível capacidade de manobra sempre trataram de modificar tal situação em caso de nela se encontrarem. Boris Eixenbaum mostrou (1927b, 1929, 1928/31) como Tolstoi reagiu contra a rejeição dos seus modelos literários (enquanto seus textos e sua posição pessoal no cânone literário já estavam assegurados) introduzindo modelos literários completamente diferentes várias vezes durante sua vida. Um caso muito parecido é o da carreira literária de August Strindberg, que em várias ocasiões conseguiu permanecer no centro do repertório produtivo canonizado, mudando de um grupo de modelos a outro. Outros escritores, talvez a grande maioria deles, normalmente aderem a um só grupo de modelos ao longo de sua carreira literária. Embora possam produzir, de acordo com os mesmos modelos (anteriores), textos mais satisfatórios que antes, é possível que percam sua posição contemporânea (não necessariamente seu público, que desse modo se desloca como eles do centro para a periferia do sistema literário). Isso é prova evidente de que os escritores adquirem posições no sistema literário não por meio de seus textos enquanto tais. Um novo ocupante dominante do centro talvez não os negue sua posição no cânone estático, mas, ao mesmo tempo, pode rejeitá-los como modelos aceitáveis para confeccionar novos textos. Outras vezes, no entanto, esta rejeição - ao menos em suas fases iniciais- implica também a rejeição do cânone desses escritores destronados, isto é, de seus textos.

Esta é uma hipótese vigente em muitos estudos culturais. Para algumas discussões recentes vide Segal (1982) e Sheffy (1985; 1990), nos quais este tema recebe um tratamento extremamente original e interessante.

#### 2.2.4. *Tipos primários frente a tipos secundários.*

Como foi dito (2.2), as transferências estão também ligadas necessariamente a procedimentos específicos impostos a propriedades implicadas nelas. As transferências, em outras palavras, estão correlacionadas com a transformação. Estes procedimentos, de várias classes, podem ser definidos, às vezes, como pré-condições das transferências, enquanto que em outros casos são claramente resultado destas. Ser um ou outro depende do estado específico do polissistema e de nossa capacidade para descobrir certas regras gerais em relação à correlação entre transferência e transformação. Não está muito claro, inicialmente, que há dois princípios distintos implicados, já que esses procedimentos estão intimamente ligados ao processo que se discute, e já que, ao longo de certos períodos da história da linguagem ou da literatura, os procedimentos tendem a operar de modo quase permanente no seio de certos estratos. Parecem ser, de algum modo, mais claramente intercambiáveis. Temo que esta fosse a descrição do assunto em anteriores obras minhas, mas estas foram já corrigidas explicitamente no meu ensaio “The polysystem Hypothesis Revisited” (Even-Zohar, 1978a, 28-35). Como princípio que rege os procedimentos implicados em uma transferência (e na estratificação do polissistema em geral), propus (1990 [1978]b) a oposição entre tipos “primários” e “secundários”. Mas, uma vez que no *corpus* literário que eu tinha analisado efetivamente os tipos “primários” tendiam a aparecer exclusivamente no repertório canonizado (e os “secundários” no não-canonizado), comecei a usar o termo “sistema primário” para uma prática adequada, pois eliminava o problema e, ainda, é incorreta se levamos em consideração períodos distintos dos que eu então discuti (cf. Yahalom, 1978, 1980; Drory 1988).

A oposição primária frente à secundária é a de inovação frente ao conservadorismo no repertório. Quando se estabelece um repertório e todos seus modelos derivados se constroem de completo acordo com o que permite, nos depararmos com um repertório (e sistema) conservador. Qualquer produto individual (enunciado, texto) será então altamente previsível, e qualquer desvio será considerado escandaloso. Aos produtos de tal estado os denomino “secundários”. Por outra parte, o aumento e reestruturação de um repertório mediante a introdução de novos elementos, como resultado do qual cada produto se volte menos precedido, são expressões de um repertório (e sistema) inovador. Os modelos que oferece são do tipo “primário”: a pré-condição de seu funcionamento é a descontinuidade em modelos estabelecidos (ou em elementos deles). Esta é,

evidentemente, uma noção puramente histórica. Um modelo “primário” qualquer não tarda muito em se transformar em “secundário”, uma vez admitido no centro do sistema canonizado, caso se perpetue durante suficiente tempo. A luta entre as opções primárias e secundárias é tão decisiva para a evolução do sistema como a tensão (e luta) entre estratos altos e baixos no sistema. Naturalmente, a mudança ocorre quando um modelo primário se torna dominante no repertório e, conseqüentemente, no (poli)ssistema: sua perpetuação denota estabilização e novo conservadorismo. Habitualmente, a perpetuação se rege por suas próprias regras específicas. Assim, até agora não foi possível observar a perpetuação de um modelo primário sem modificações estruturais concomitantes que se podem chamar, de modo *ad hoc*, “simplificação”. Isso não significa que os modelos primários sejam mais sofisticados que os secundários, mas que no curso de sua perpetuação, e no seio dos modelos secundários que finalmente emergem deles, ocorre um processo de redução. Modelos heterogêneos, por exemplo, se transformam em modelos homogêneos; se reduz o número de pautas incompatíveis (isso é, tipos diferentes de “ambigüidade”) no seio da mesma estrutura; relações complexas são substituídas gradualmente por outras que o são menos, e assim por diante. Naturalmente, os procedimentos inversos têm lugar quando um modelo secundário sofre uma manipulação tal que finalmente se transforma em um primário.

Como sustentei antes, a canonicidade não se fecha necessariamente com a primariedade, ainda que este pode ter sido o caso nas épocas mais recentes, isto é, desde a Era Romântica. É importante, portanto, descobrir as relações que existem entre canonicidade e inovação. Quanto mais observamos a literatura com ajuda dessas noções, tanto mais evidente parece que a compreendemos como um mecanismo semiótico geral mais do que como um mecanismo exclusivamente literário. Como aqueles que controlam os sistemas os governam com quais instrumentos se luta depende de sua eficácia relativa no controle do sistema. Assim, quando o controle somente pode ser atingido por meio de mudança, este se torna o princípio de orientação. Não será assim, no entanto, enquanto a perpetuação, mais que a inovação, possa satisfazer a aqueles que poderiam perder mais com a mudança. Naturalmente, uma vez que se produz uma conquista, o novo repertório não admitirá elementos que podem verossimilmente por em perigo seu domínio do sistema. O processo de “secundarização” do primário resulta, assim, inevitável. O reforça, além disso, outro mecanismo de “secundarização” paralelo, por meio do qual um sistema consegue reprimir a inovação. Mediante tal processo, novos elementos são retraduzidos, por assim dizer, a termos antigos, impondo desse modo funções anteriores a portadores novos, antes que mudar funções. Desse modo, como no caso de um novo regime que prolonga as instituições do antigo ao transferir suas funções a novos corpos, de igual maneira um modelo literário primário, alterado gradualmente, se incorpora aos fazeres de

modelos secundários de uma etapa prévia. A partir de um ponto de vista semiótico, este é um mecanismo por meio do qual o que se entende de modo menos imediato, o menos decifrável, deixa de ser. O menos familiar e, portanto, mais intimidador, exigente, e carregado de informação, se torna mais familiar, menos intimidador, e assim por diante. Empiricamente, isso parece ser o que a grande maioria dos consumidores de cultura prefere realmente, e quando se deseja controlá-los, esta preferência há de ser completamente satisfeita.

### *2.3. Intra e inter-relações*

Os princípios e propriedade discutidos nos parágrafos anteriores a respeito das intra-relações do polissistema parecem ser válidos também em relação às suas inter-relações. Nestas inter-relações estão implicadas duas classes de sistemas adjacentes: um todo maior pertencente a mesma comunidade, e um todo, ou suas partes, pertencente a outras comunidades, seja da mesma ordem (classe) ou não.

#### *2.3.1. Intra-relações*

No primeiro caso, tal visão se baseia na ideia assumida de que qualquer (poli)ssistema semiótico (como a língua ou a literatura) não é mais que um componente de um (poli)ssistema maior – o da “cultura”, ao que está subordinado e com o qual é isomórfico - e está correlacionado, portanto, com este todo maior e seus outros componentes. A teoria dos polissistemas proporciona hipóteses menos simplistas e reducionistas que outras diante da complicada questão de como se correlaciona a literatura com a língua, a sociedade, a economia, a política, a ideologia, etc. Já não é necessário assumir que os fatos sociais, por exemplo, vão encontrar uma expressão imediata, unidirecional e unívoca no nível do repertório literário, como a sociologia primitiva à História das Ideias, Marxismo (ortodoxo) incluído, gostariam que acreditássemos. As intrincadas correlações entre estes sistemas culturais, se os contempla como natureza isomórfica e como funções somente no seio de um todo cultural, podem ser observadas sobre a base de seus intercâmbios mútuos, que frequentemente ocorrem de modo oblíquo, isto é, por meio de mecanismos de transmissão, e frequentemente através de periferias. Isso se demonstrou no caso de diferentes estratos que funcionam em boa medida na periferia, tais como a literatura traduzida. Toury (1977, 1980), Shavit e Shavit (1974), Shavit (1978, 1980, 1986), Yahalom (1978, 1980), Sheffy (1985), e outros, proporcionam abundante material e análises detalhadas desses casos.

Mais ainda, se assumimos que o sistema literário, por exemplo, é isomorfo com – o sistema social, suas hierarquias poderão ser concebidas só na interseção com as desse último. A ideia de uma

literatura pouco estratificada que se estratifica mais — que eu propus como universal dos sistemas (Even-Zohar 1978: 39) pode ser entendida, pois, graças a relações hipotéticas propostas pela teoria dos polissistemas em relação ao polissistema literário. A concepção da literatura como uma instituição sociocultural, semi-independente separada só pode ser sustentada, pois se o polissistema literário, como qualquer outro sistema sociocultural, for concebido como simultaneamente autônomo e heterônimo em relação a todos os demais sistemas. Assim, os fatos da “vida literária” (byt; Eichenbaum, 1929, especialmente 49-86 e 109-114, 1971), isto é, a instituição literária (constituída, por exemplo, de ideologias literárias, casas editoriais, crítica, grupos literários, ou qualquer outro meio para ditar pautas de gosto ou dar normas), ainda que inegavelmente se comportem como sistemas socioculturais semi-independentes que obedecem suas próprias leis, devem também reconhecer como fatores integrais do sistema literário propriamente dito. De fato, este reconhecimento, mais vago e incluído no Formalismo Russo tardio, parece ter constituído um problema central, ao menos para o último Eichenbaum, que cruzou desse modo muitos limites invioláveis a que outros não se atreveriam nem a se aproximar. Mas inclusive em seu caso, estas questões estão mais implícitas, antes que expressamente refletidas/analizadas/ponderadas.

### 2.3.2 *Inter-relações*

A respeito do segundo caso, isto é, as correlações que um sistema mantém com sistemas controlados por outras comunidades, são válidas as mesmas hipóteses. Do mesmo modo que um conjunto de fenômenos operando em certa comunidade pode ser concebido como um sistema que forma parte de um polissistema maior, o qual, por sua vez, não é mais que um componente no seio do polissistema mais amplo da “cultura” de dita comunidade, assim também este último pode ser concebido como componente de um “megapolissistema”; isto é, um que controla e organiza várias comunidades. Tais unidades, na história, não estão de modo algum bem definidas ou completas para sempre. Pelo contrário, pois os limites que separam sistemas adjacentes se deslocam continuamente, não só dentro dos sistemas, mas também entre eles mesmos. As próprias noções de “dentro” e “entre” não podem ser tomadas estaticamente ou dadas por definitivas.

Consideramos o caso mais evidente, o das comunidades europeias e suas literaturas e culturas em geral. Claramente, ao longo da Idade Média, a Europa central e Ocidental constituiu um polissistema, no qual o centro estava ocupado pela literatura escrita em latim, enquanto se produziam concorrentemente textos nas línguas vernáculas (oralmente ou por escrito) como parte de atividades periféricas. Seguindo um longo processo de deteriorização gradual, este sistema, com seu repertório canonizado perpetuado, entrou em colapso finalmente a meados do século XVIII

aproximadamente, para ser substituído por uma série de polissistemas monolíngues mais ou menos independentes, cujas interdependências com os outros (poli)sistemas se fizeram cada vez mais irrelevantes, ao menos a partir do ponto de vista tanto dos consumidores como das ideologias dominantes. Não obstante, parece que, para poder não só descrever os princípios gerais da interferência, mas também explicar sua natureza e causas, é necessário formular uma hipótese de estratificação. Pois, quando emergiram gradualmente as distintas nações europeias e criaram suas próprias culturas — cujos veículos mais explícitos eram suas novas literaturas, línguas e histórias oficiais —, certas relações de centro e periferia estavam inevitavelmente presentes no processo desde seu início. Culturas que se desenvolveram mais tarde e que pertenciam a nações que influenciam a outras por seu prestígio ou mediante dominação direta, foram tomadas como fontes para culturas mais recentes (incluindo mais recentemente culturas reconstruídas). Como resultado, surgia inevitavelmente uma discrepância entre os modelos transferidos que frequentemente eram de tipo secundário (pela razão evidente de que sua identificação e a extração de seus princípios construtivos era mais fácil), e os originais, dado que estes últimos poderiam muito verossimilmente terem sido empurrados, então, do centro de seu próprio sistema à periferia.

Um caso muito interessante é o que tais relações parecem bastante transparentes e podem ser estudadas com muito detalhe, é o de textos traduzidos a partir de uma literatura-objetivo mais recente à particular literatura-fonte que funcionou, primeiro lugar, como fonte de repertório para aquela.

Não surpreende que, neste caso, os textos se traduzam frequentemente de acordo com os modelos mais secundarizados de que se dispõe a literatura-objetiva. Consequentemente, podem dar a impressão de ser produtos “epigônicos” ao público do centro da literatura-objetiva, se esta se encontrar em estado de movimento dinâmico. Ao mesmo tempo, não obstante, este pode ser o único modo de agradar a outros setores do público da literatura-objetiva, se esta é a única maneira que têm de identificar um texto como propriamente “literário” e consequentemente, aceitável. Esse traço marca característica de tais textos carece naturalmente de importância funcional a respeito de seu papel (ou o papel dos modelos subjacentes) na sua própria literatura. Somente quando nos interessamos por descobrir os processos e procedimentos mediante os quais um sistema evolui ou se mantém, se tornam indispensáveis tais considerações. Exemplo de tais casos podem ser encontrados em numerosas traduções para o Francês ou ao alemão desde várias literaturas que desenvolveram seus repertórios sobre a base das literaturas francesa ou alemã: por exemplo, a poesia flamenca decimonônica traduzida ao Francês. Outro exemplo seria o das traduções para o russo de textos

escritos em hebraico durante o fim do século XIX e começo do século XX que, por sua vez, foram moldados segundo o repertório russo.

Sucintamente: para a teoria dos polissistemas, é um objetivo principal, e uma possibilidade a seu alcance, enfrentar as particulares condições nas quais uma literatura pode interferir em outra, como resultado do qual certas propriedades se transferem de um polissistema a outro. Por exemplo, se se aceita a hipótese de que é provável que propriedades periféricas penetrem no centro uma vez que a capacidade do centro (isto é, do repertório do centro) para cumprir certas funções debilitou-se (segunda lei de Shklovskij), então não tem sentido negar que esse mesmo princípio opera também a nível intersistêmico. De modo semelhante, é por meio da estrutura polissistêmica das literaturas envolvidas como podemos dar conta dos vários e intrincados processos de interferência. Por exemplo, ao contrário da crença comum, a interferência tem lugar, frequentemente, por meio das periferias. Quando se ignora esse processo, simplesmente não há explicação para a aparição e funcionamento de novos elementos no repertório. Os textos semi-literários, a literatura traduzida, a literatura infantil – todos aqueles estratos ignorados nos estudos literários atuais - são objetos de estudo indispensáveis para entender adequadamente como e por que ocorrem as transferências, dentro dos sistemas tanto como entre eles. (Para uma discussão mais detalhada da interferência, vide. *Infra* “Leis de interferência literária”).

#### *2.4. Estabilidade e instabilidade: Volume do sistema*

Para que um sistema sociocultural possa operar sem necessidade de depender de sistemas estranhos (isto é, de sistemas paralelos de outras comunidades), deve satisfazer várias condições. Existem boas razões para crer, por exemplo, que a heterogeneidade é uma dessas condições. Aqui, a lei de proliferação parece ser universalmente válida. Esta lei, que propus em 1975 (Even-Zohar, 1978: 43) em uma formulação diferente, significa simplesmente que para satisfazer suas necessidades, um sistema disputa efetivamente para se fazer com um inventário crescente de opções alternativas. Quando um sistema dado consegue acumular reserva suficiente, há boas chances de que o inventário doméstico baste para se manter e perdurar, a não ser que as condições mudem drasticamente. Se não, a única solução que fica, ou, ao menos, a mais decisiva, são as transferências intersistêmicas, que se levam imediatamente a cabo apesar da resistência. Naturalmente, seria muito desejável, e se suporia na verdade um grande avanço nas nossas teorias, saber o quão grande é “uma reserva suficiente” para que o sistema funcione adequadamente. Tal conhecimento não está neste momento a nossa disposição, se bem que, a nível descritivo, pode-se falar de repertórios “mínimos”, sem os quais nenhum sistema literário poderia funcionar. Estudos do surgimento de repertórios

(literários) mostraram que, desde o mesmo momento inicial, nenhuma literatura funciona com um repertório pequeno; o mesmo vale para o sistema literário enquanto complexo maior. Em outras palavras, os fatos parecem demonstrar razoavelmente que, uma vez que um sistema começa, a (lei de) proliferação se ativa.

Isso pode dar a impressão de que resulta melhor para os interesses do sistema permanecer instável; mas este não é o caso. No nível do sistema, não se devem identificar instabilidade e mudança, do mesmo modo que a estabilidade não deve ser identificada com a fossilização. Em outras palavras, a estabilidade ou a instabilidade do repertório não refletem, nem geram, necessariamente, estabilidade ou instabilidade no sistema. Um sistema incapaz de manter-se durante certo período de tempo e que se encontra, frequentemente, a ponto de colapso é instável a partir de um ponto de vista funcional, enquanto que um sistema que sofre permanentemente mudanças regulares e bem controladas pode ser considerado com justeza estável, simplesmente porque perdura. Só os sistemas estáveis dessa classe conseguem sobreviver, enquanto que os outros simplesmente se extinguem. Desse modo, as “crises” e “catástrofes” de um polissistema (isto é, fatos que precisam uma mudança radical sejam por transferência interna ou externa), se o sistema as controla, são indícios de vitalidade mais que de degeneração. O sistema entra a perigo só quando a mudança se torna incontrolável e, portanto, imanejável. Naturalmente, a partir do ponto de vista dos que ocupam posições no sistema, qualquer mudança que não possa ser controlada coloca a perigo suas posições, mas não necessariamente o sistema enquanto tal. Há, certamente, casos históricos em que um repertório em perigo colocou em risco o conjunto do sistema, mas na maioria das ocasiões, isso é resultado de uma longa detenção prévia que não permitiu uma “dinâmica normal”.

## Referências Bibliográficas

- Drory, Rina. 1988. *The Emergence of Jewish-Arabic Literary Contacts at the Beginning of the Tenth Century* [in Hebrew]. Tel Aviv: Porter Institute and Ha-Kibbutz Ha-Meuchad. [=Literature, Meaning, Culture, 17].
- Ejxenbaum, Boris. 1927. "Lev Tolstoj." In idem. *Literatura*. Leningrad: Priboj, 19-76.
- . 1929. *Moj vremennik*. Leningrad: Izd. Pisatelej.
- . 1968. *Lev Tolstoj*, I-II. Munich: Fink (rpt. of original vols 1-2, 1928, 1931) [= Slavische Propyläen, 54].
- . 1971. "Literary Environment." In *Matejka, Ladislav & Krystyna Pomorska 1971. Readings in Russian Poetics: Formalist and Structuralist Views*. Cambridge [Mass.] & London: M.I.T. Press, 56-60 [translation of Ejxenbaum 1929: 49-58].
- Even-Zohar, Itamar 1978 [1974]. "The Relations between Primary and Secondary System in the Literary Polysystem." In *Papers in Historical Poetics*. Tel Aviv: Porter Institute for Poetics and Semiotics, pp. 14-20.
- . 1978a. *Papers in Historical Poetics*. Tel Aviv: Porter Institute.
- . 1990 [1978]. "The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem". *Polysystem Studies, Poetics Today* 11.1: 45-51.
- . 1990a. "Laws of Literary Interference". *Polysystem Studies, Poetics Today* 11.1: 53-72.
- Lotman, J. M., B. A. Uspenskij, V. V. Ivanov, V. N. Toporov, and A. M. Pjatigorskij. 1975. "Theses on the Semiotic Study of Cultures (as Applied to Slavic Texts). In *The Tell-Tale Sign*. Sebeok, Thomas A. ed. Lisse: Peter de Ridder Press, 57-84.
- Segal, Dmitri. 1982. "Israeli Contributions to Literary Theory." In *Schwerpunkte der Literaturwissenschaft*. Ibsch, Elrud ed. Amsterdam: Rodopi. 261-292.
- Shavit, Zohar. 1978. "Translation of Children's Literature as a Function of Its Position in the Literary Polysystem." *Modern Realistic Stories for Children and Young People*. Ed. R. Majonica. Munich: IBBY. 180-187 [rpt. in *Poetics Today* 2.4: 171-179].
- . 1980. "The Ambivalent Status of Texts: The Case of Children's Literature." *Poetics Today* 1.3: 75-86.
- . 1986. *Poetics of Children's Literature*. Athens and London: University of Georgia Press.

Shavit, Zohar, and Yaacov Shavit. 1974. "Hebrew Crime Stories during the 1930s in Palestine." *Ha-Sifrut* 18/19: 30-73 [English summary: iv].

Sheffy, Rakefet. 1985. "Establishment and Canonization in the Evolution of Cultural Systems: The Popular Song as a Test Case" [M.A. diss.; in Hebrew; English summary]. Department of Poetics and Comparative Literature, Tel Aviv University.

Sheffy, Rakefet 1990. "The Concept of Canonicity in Polysystem Theory." *Poetics Today* 11 (3), pp. 511-522.

Shklovskij, Viktor. 1921. *Rozanov*. Petrograd.

—. 1923. *Literatura i kinematograf*. Berlin.

Toury, Gideon. 1977. *Translational Norms and Literary Translation into Hebrew, 1930-1945*. Tel Aviv: Porter Institute [in Hebrew].

—. 1980. *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: Porter Institute.

Voegelin, C. F. 1960. "Casual and Non-Casual Utterances within Unified Structure." *Style in Language*. Ed. Thomas A. Sebeok. Cambridge: MIT Press. 57-59.

Yahalom, Shelly. 1978. "Relations entre les littératures anglaise et française au 18e siècle" [M.A. diss.; in Hebrew; French summary]. Department of Poetics and Comparative Literature, Tel Aviv University.

—. 1980. "Du non littéraire au littéraire." *Poétique* 44: 406-421.